

Auditoria deixa clara corrupção na Ceilândia

A auditoria realizada pela Secretaria de Finanças nas licitações feitas pela Administração Regional da Ceilândia, durante a gestão de Ilton Mendes, foi decisiva para o seu afastamento. O relatório da auditoria, concluído em maio, aponta uma série de irregularidades tanto nos procedimentos licitatórios como na execução das obras. A auditoria investigou, a pedido da comissão de sindicância, todas as licitações ganhas por quatro outras empresas além da Contral — Kingstown, Imcil, Brajal e Demacol.

Os auditores descobriram irregularidades graves nestas licitações. Em alguns casos, a falha foi ainda maior. Para a reforma da quadra esportiva da EQNM 5/7, por exemplo, a administração sequer fez uma licitação: entregou a obra diretamente à firma Kingstown, que por sua vez não apresentou o projeto da obra. Segundo o relatório, não há nem informações sobre a existência desse projeto.

A licitação para a aquisição de materiais de construção, acabamento e instalação elétrica, no valor total de cerca de Cz\$ 500 mil, também está cheia de defeitos. O edital de tomada de preços foi publicado no Diário Oficial do DF no dia 17 de fevereiro e a abertura da tomada de preços feita no dia seguinte, desrespeitando os prazos mínimos regimentais.

Mas os problemas mais graves foram detectados quando os auditores resolveram percorrer os locais das obras realizadas, ou melhor, que deveriam ter sido realizadas. Nestas visitas, um verdadeiro festival de irregularidades veio à tona, desde o sumiço do Diário de Obras até uma série de obras fantasmas, já pagas, "recebidas" e nunca feitas.

O Diário de Obras, onde a administração é obrigada a registrar todo o acompanhamento das obras licitadas, não havia sido feito em nenhuma das três obras visitadas pelos auditores, todas encomendadas à Contral.

Ao ganhar a licitação para fazer uma quadra de esportes polivalente na EQNM 21/23, a Contral incluiu no orçamento o plantio de 450m2 de grama e de 20 árvores, protegidas por grades de madeira. Os auditores não encontraram no local grama, árvores e nem grades, embora a obra tivesse sido provisoriamente recebida por comissão constituída por Ilton Mendes. A Contral agiu da mesma maneira na quadra de esportes da EQNM 22/24, onde comprometera-se a plantar outros 450m2 de grama e mais 20 árvores.

Dos 15 mil m2 de passeios em concreto que a Contral deveria construir nas EQNM 20/22, EQNM 22/24 e EQNM 21/23, 1 mil 407m2 simplesmente não foram feitos. No relatório, os auditores comentam que, além dos trechos não executados, existem "áreas significativas" de passeios já realizados anteriormente, que deveriam ter sido deduzidos da metragem e das faturas.

Além disso, determina-

dos trechos do passeio não têm o acabamento especificado no convite de licitação. "Em trechos que o passeio estava quebrado", dizem os auditores, "podemos verificar que suas espessuras variavam entre 2,5 e 4 cm, contrariando a exigência de 5 cm de espessura".

A exemplo das outras obras visitadas pelos auditores, estas também tinham sido vistoriadas e recebidas pela Administração da Ceilândia, e os pagamentos efetuados em sua totalidade. Os auditores sugerem, ao final do relatório, a instauração de Tomada de Contas Especial, medida mais severa que instauração de inquérito administrativo.

Com o acatamento da sugestão dos auditores, pelo governador José Aparecido, na última quarta-feira, o administrador Ilton Mendes terá que desembolsar, num prazo bem curto, todo o valor referente às obras pagas e não realizadas, até que consiga provar sua inocência no caso.